



25.11.2011

INFORMAÇÃO TÉCNICA n.º 26/2011: **Informação adicional referente ao OE/2012**

**I. Ponto de situação dos pedidos de informação para análise do OE/2012**

Com a anuência da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, a UTAO solicitou, ao abrigo do disposto na Lei n.º 13/2010, de 19 de Julho, elementos informativos à Direcção-Geral do Orçamento (DGO) e ao Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (GPEARI) com o objectivo de suportar a análise efectuada à proposta de Orçamento do Estado para 2012. O presente documento efectua um ponto de situação relativamente a essas solicitações.

Em síntese, não se obteve uma resposta completa aos pedidos de informação efectuados, tal como detalhado em anexo. Em tempo de integração no Parecer Técnico Preliminar de análise ao Orçamento do Estado (entregue no dia 25 de Novembro), a UTAO recebeu apenas o valor nominal do PIB, detalhes relativamente ao cenário macroeconómico, a identificação de medidas *one-off*, detalhes relativos à dívida pública e os quadros constantes no relatório da proposta de lei de Orçamento do Estado em formato folha de cálculo.

Em particular, os pedidos de desagregação de algumas rubricas de receita e despesa das administrações públicas em contabilidade nacional e os detalhes relativos ao ajustamento entre contabilidade pública e contabilidade nacional não foram disponibilizados por ter sido considerado pela DGO que «(...) o seu envio não parece relevante ou pertinente», dado «(...) que o material pedido se refere a detalhes, que apenas são usados nos quadros de trabalho da DGO não constituindo informação oficial no âmbito do OE 2012». A UTAO informou o Senhor Presidente da COFAP deste facto no dia 20.10.2011.

Subsequentemente, a UTAO enviou um novo pedido de informação que resultou da identificação de possíveis incoerências na estimativa para o ano de 2011 da conta das administrações públicas em contabilidade nacional e contabilidade pública, tendo novamente solicitado a desagregação de algumas rubricas. Esse pedido foi parcialmente respondido.

**II. Informação adicional referente à proposta de OE/2012**

Em resultado da correspondência trocada com a DGO foi fornecido um conjunto de informação adicional ao Parecer Técnico de análise à proposta de OE/2012 que se aditada de seguida.

### 1) Desagregação de algumas rubricas da conta das administrações públicas em contas nacionais

	2011	2012
Vendas	4.644,8	4.896,7
Contribuições sociais efectivas	15.922,8	15.580,0
Prestações sociais em espécie	7.959,0	7.476,9

Fonte: OE2012.

Com base nessa informação apresenta-se o agregado da carga fiscal, cujo cálculo se encontrava impossibilitado aquando do envio do Parecer Técnico da UTAO, tal como segue:

Carga fiscal	2008	2009	2010	2011	2012
M€	56 004	51 805	54 007	56 046	56 825
% do PIB	32,6	30,7	31,3	32,7	33,6

Fonte: INE; Ministério das Finanças (2011 e 2012).

Nota: Cálculos da UTAO. A carga fiscal para os anos 2011 e 2012 corresponde à soma da receita fiscal e contribuições sociais efectivas.

### 2) Tratamento dos juros das Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)

A DGO informou que a integração das EPR no perímetro do orçamento, ou seja a consideração em contabilidade pública das entidades da administração central que fazem parte do perímetro em contas nacionais, veio introduzir problemas adicionais na previsão para a conta das administrações públicas.

Posteriormente à entrega da proposta de orçamento, foi detectado um problema com a classificação dos juros pagos pelas EPR respeitante a empréstimos concedidos pelo Tesouro. Estes juros recebidos pelo Tesouro não deveriam ter constado na conta consolidada do conjunto das administrações públicas, uma vez que são simultaneamente receita e despesa, embora de subsectores diferentes. Contudo, no mapa da receita dos serviços integrados foi registada como receita de juros, com proveniência em sociedades não financeiras, esses juros pagos pelas EPR, quando na realidade têm proveniência dentro das administrações públicas, mais precisamente no subsector SFA, pelo que deveriam consolidar. Esta situação não permitiu a consolidação desta receita com a despesa de juros levando a sobreavaliação da previsão de despesa e da receita das administrações públicas em 390 milhões de euros em 2012.<sup>1</sup>

A previsão (corrigida) dos juros na óptica das contas nacionais de 2012 é assim de 8496 M€ e 8434 M€, para a administração central e para as administrações públicas, respectivamente.

Consequentemente, o total de receita e despesa das administrações públicas deverá ser corrigido em baixa no mesmo montante (390 M€, equivalente a 0,2% do PIB).

<sup>1</sup> O montante em questão foi apenas disponibilizado à UTAO na tarde do dia 21.11.2011.

### 3) Estimativa da conta das administrações públicas para 2011

Tal como informado no Parecer Técnico de análise ao OE/2012, de 2.11.2011, a UTAO detectou incoerências nos quadros do relatório, designadamente:

- Na estimativa para 2011 verifica-se uma discrepância no nível da despesa corrente e despesa de capital do subsector da segurança social [Quadro III.3.23 da pág. 93 e o Quadro do anexo A3 (pág.227)], os quais servem de base para a estimativa em contas nacionais;<sup>2</sup>
- Em contabilidade nacional, verifica-se ainda uma evolução irregular na rubrica das prestações sociais de cada um dos subsectores das administrações públicas, que afecta todos os subsectores, particularmente em 2011.<sup>3</sup>

Em resposta ao pedido de esclarecimentos da UTAO, a DGO não apresentou qualquer evidência que sustente o valor de 379 M€ em despesas de capital da segurança social, em contabilidade pública, que por sua vez é repercutido na estimativa em contabilidade nacional.

Assim a UTAO é de opinião que a estimativa da conta das administrações públicas apresentada para o ano de 2011 apresenta deficiências na discriminação entre despesa corrente e despesa de capital, muito provavelmente com a sobre-estimação desta última, prejudicando o cálculo da variação prevista entre 2011 e 2012.

### III. Qualidade da previsão em contas nacionais

De forma mais genérica, existem dificuldades na apresentação de uma estimativa/previsão precisa da conta das administrações públicas na óptica de contas nacionais. De acordo com a DGO essas dificuldades decorrem do escasso tempo disponível para a sua elaboração e da «granularidade da informação relativa à orçamentação [que] não permite a identificação perfeita da classificação das rubricas em contas nacionais.»<sup>4</sup>

Adicionalmente, a subdivisão da estimativa/previsão por subsectores das administrações públicas ainda não reflecte integralmente a mudança de base das contas nacionais de Junho de 2010, na rubrica prestações sociais, em resultado da «falta de recursos humanos com que [a DGO] se debate», não sendo, contudo, de acordo com a DGO, a leitura da estimativa do conjunto das administrações públicas afectada pela falta de imputação das prestações sociais pagas pela CGA a cada um dos subsectores das administrações públicas.

---

<sup>2</sup> Por exemplo, em contabilidade pública, a estimativa para 2011 da despesa de capital da segurança social é de 45 M€, no Quadro da página 93, e de 379 M€, no Quadro do anexo A3 da página 227. A diferença é compensada na despesa corrente, sem impacte no total de despesa efectiva e no saldo global do subsector. Em contabilidade nacional, a despesa de capital dos fundos de segurança social estimada para 2011 é de 366 M€, valor que se encontra em linha com o apresentado no Quadro A3 (contabilidade pública), mas em dissonância com valor de 2010 (99 M€) e o previsto para 2012 (24 M€).

<sup>3</sup> Por exemplo, a estimativa apresentada para 2011 aponta para uma redução das prestações sociais do subsector da administração local e regional em 939 M€ e um aumento das prestações sociais da administração central em 700M€, face a 2010 (apurado pelo INE).

<sup>4</sup> Neste domínio a DGO apresenta os dois exemplos seguintes. «Por exemplo, a destriça entre subsídios à produção e aos produtos de transferências correntes depende, em alguns casos, de informação sobre quem é o beneficiário. Esta informação não está muitas vezes disponível na altura da elaboração do orçamento, uma vez que a atribuição destes montantes pode estar dependente de concurso. Um outro exemplo relaciona-se com a orçamentação que, em algumas situações, é efectuada em grandes rubricas, o que permite manter alguma flexibilidade na execução, mas prejudica nesta fase a classificação da despesa.»

## Anexo – Ponto de situação dos pedidos de informação para análise do OE/2012, efectuados no âmbito da Lei n.º 13/2010 de 19 de Julho

### 1. GPEARI do Ministério das Finanças – pedido de 14.10.2011

Informação solicitada	Ponto de situação
<b>Cenário Macro</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Montante do PIB nominal, expresso em milhares de euros, para os anos de 2011 e 2012 utilizado nos cálculos dos rácios do PIB;</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilização das componentes do PIB, na óptica da despesa, em milhares de euros a preços correntes e a preços constantes: consumo privado, consumo público, FBCF, FBCF do S<sub>13</sub>, FBCF dos restantes sectores institucionais, variação de existências, exportações e importações de bens e serviços [2011 e 2012];</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Contributos para a variação do PIB [2011 e 2012]: Consumo Privado, Consumo Público, Investimento e Procura externa líquida;</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Saldo da Balança de Bens, saldo da Balança de Serviços (% PIB) e saldo da Balança de Rendimentos (% PIB) [2011 e 2012];</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Actualização das séries, para o período 1999-2012, do hiato do produto, componente cíclica da despesa, componente cíclica da receita, componente cíclica do saldo, em percentagem do PIB, com pelo menos 3 casas decimais;</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Série para o período 1999-2012 do crescimento do produto potencial.</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<b>Conta das Administrações Públicas [2011 e 2012]</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Repartição da rubrica "outras receitas correntes", em vendas e outras receitas correntes, evidenciando nas vendas as receitas previstas pela introdução de portagens nas ex-SCUT;</li> </ul>	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuições sociais efectivas – desagregação em CGA e Segurança Social</li> </ul>	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> <li>Receitas de capital – detalhe sobre operações one-off (tais como transferência de fundos de pensões de bancos, fundos comunitários e outras) que influenciem esta rubrica;</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011

Informação solicitada	Ponto de situação
<ul style="list-style-type: none"> <li>Despesa de capital – detalhe sobre operações <i>one-off</i> subjacentes à outra despesa de capital;</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Consumo intermédio – evidenciar os encargos com PPP;</li> </ul>	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> <li>Prestações sociais em espécie – evidenciar pagamentos a hospitais empresa; saúde- gastos em convenções e farmácias;</li> </ul>	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> <li>Remunerações dos empregados – desagregação em: ordenados e salários; contribuições sociais efectivas dos empregadores; contribuições sociais imputadas dos empregadores (e dentro destas evidenciando os pagamentos da ADSE e outros sistemas públicos de saúde ao SNS);</li> </ul>	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> <li>Montante anual desagregado, em milhares de euros, das medidas pontuais/<i>one-offs</i> subjacente ao cálculo do saldo estrutural [desagregação por operação pontual, tais como concessões, transferências de fundos de pensões, assunção de dívida garantida/empréstimos concedidos, etc.];</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificação anual das receitas de concessões, por cada concessão;</li> </ul>	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> <li>Quadro quantificando o impacte das medidas de consolidação orçamental em milhões de euros (e não apenas em % do PIB) em 2011 e 2012; ao nível da receita/despesa fiscal, solicita-se adicionalmente a avaliação do impacto das principais medidas por imposto nesses dois anos;</li> </ul>	Informação apresentada no relatório da proposta do OE/2012
<ul style="list-style-type: none"> <li>Quadro contendo a Receita Fiscal com e sem medidas de consolidação para os anos de 2011 e 2012.</li> </ul>	Informação apresentada no relatório da proposta do OE/2012
<b>Dívida [2011 e 2012]</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Montante, expresso em milhares de euros, da dívida das administrações públicas expressa na óptica da contabilidade nacional, para os anos de 2011 e 2012;</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estimativa para o valor das receitas de privatizações utilizado na amortização da dívida pública [2011 e 2012];</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estimativa para o montante a usar na recapitalização das instituições financeiras (no âmbito do <i>Bank Solvency Support Mechanism</i>)[2011 e 2012];</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011

Informação solicitada	Ponto de situação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro com a dinâmica da dívida pública e suas componentes: efeito do saldo primário, efeito dinâmico e outros ajustamentos (em % do PIB);</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elementos de consolidação (activos de outros subsectores do S13) subjacentes ao rácio da dívida pública.</li> </ul>	Não respondido
<p><b>PPP [2011 em diante]</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desagregação dos encargos líquidos com as parcerias público-privadas em termos de encargos totais e receita prevista com concessões, de forma desagregada, a preços correntes e a preços constantes;</li> </ul>	Respondido parcialmente em 20-11-2011, apenas com referência ao Quadro III.8.2 do relatório da proposta do OE/2012. Não se identifica o ano base, nem a informação correspondente a preços correntes.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Explicitação de critérios assumidos em eventuais cálculos de valores actualizados.</li> </ul>	Não respondido

## 2. DGO – pedido de 14.10.2011

Informação solicitada	Ponto de situação
<p><b>Contabilidade Pública</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadros (em Excel) apresentados no Relatório de receita e despesa do Estado (por classificação económica, orgânica e funcional, bem como despesa por grandes agregados);</li> </ul>	<p>Respondido a 19-10-2011</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantificação dos factores que explicam diferenças em alguns agrupamentos da receita/despesa dos subsectores Estado e SFA que constam dos <u>Mapas da Lei I, IV, VI e IX</u> (não consolidados) e os que constam dos quadros do <u>Relatório do OE/2012</u> por classificação económica (consolidados), nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ diferenças de consolidação (correntes e de capital);</li> <li>▪ cativos previstos na Lei do OE/2012 – quantificação por subsector (SI e SFA) e por classificação económica;</li> <li>▪ outras eventuais diferenças;</li> </ul> </li> </ul>	<p>Não respondido</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro “Estimativa do subsector dos Serviços e Fundos Autónomos” (mas com detalhe completo das “outras receitas correntes”, receitas de capital, transferências correntes e de capital, separando a “aquisição de bens e serviços” das “outras despesas correntes”), com individualização do conjunto de entidades públicas reclassificadas equiparadas a SFA em 2012;</li> </ul>	<p>Não respondido com o detalhe solicitado</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadros anexos ao Relatório do OE/2012 (na óptica da contabilidade pública pretende-se o detalhe completo das “outras receitas correntes”, receitas de capital, transferências correntes e de capital e “consumo público”, separando a “aquisição de bens e serviços” das “outras despesas correntes”): <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimativa das AP – 2011 (Q2 – Contas Nacionais)</li> <li>- Orçamento das AP – 2012 (Q2 – Contas Nacionais)</li> <li>- Estimativa das AP – 2011 (contabilidade pública)</li> <li>- Orçamento das AP – 2012 (contabilidade pública)</li> <li>- Orçamento da Adm. Central e Segurança Social (contabilidade pública).</li> </ul> </li> </ul>	<p>Não respondido com o detalhe solicitado</p>

Informação solicitada	Ponto de situação
<p><b>Especificação dos ajustamentos de Passagem da Óptica da Contabilidade Pública à Óptica da Contabilidade Nacional [2011 e 2012]</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajustamento individualizado dos seguintes impostos: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ IVA, ISP, IT e IABA;</li> </ul> </li> <li>• Ajustamento caixa-compromissos do SNS;</li> <li>• Ajustamento caixa-compromissos da CGA;</li> <li>• Variação de dívidas a fornecedores da AdC sem SNS;</li> <li>• Variação de dívidas a fornecedores da AdL</li> <li>• Variação de dívidas a fornecedores da AdR</li> <li>• Reclassificação de Activos financeiros e outras operações com impacto no défice: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Injecções/ Dotações de capital;</li> <li>○ Empréstimos</li> <li>○ Execução de garantias;</li> <li>○ Assunções de Passivos;</li> <li>○ Regularização de responsabilidades financeiras; <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regularização de dívidas às concessionárias;</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>• Material Militar.</li> <li>• Saldo em contabilidade nacional das Empresas reclassificadas da AdL</li> <li>• Saldo em contabilidade nacional das Empresas reclassificadas da AdR</li> </ul>	<p>Não respondido</p>



### 3. DGO – pedido de 04.11.2011

Informação solicitada	Ponto de situação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que explica as diferenças entre os valores na óptica da contabilidade pública entre o Quadro III.3.23 da pág. 93 e o Quadro do anexo A3 (pág.227)?</li> <li>• O que explica a forte volatilidade identificada na rubrica prestações sociais de cada um dos três subsectores em contas nacionais?</li> <li>• Os totais das rubricas “prestações sociais” e “outra despesa de capital” apresentados para o conjunto das administrações públicas, em contas nacionais, encontram-se afectados?</li> <li>• Existe algum impacto no saldo em contabilidade nacional de cada um dos subsectores e no saldo global do conjunto das administrações públicas (S13)?</li> <li>• Caso de trate de algum problema na transposição dos valores apresentados no corpo do relatório para o anexo em contabilidade pública e subsequentemente para a estimativa em contabilidade nacional, pretende-se obter uma versão corrigida da totalidade dos quadros envolvidos.</li> </ul>	<p>Resposta parcial<sup>5</sup></p>
<p><b>Disponibilização, em contas nacionais, por subsectores, designadamente S1311, S1313, S1314 e para o sector institucional S13, com referência aos anos de 2011 e 2012, os valores das rubricas seguintes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A. Vendas</li> <li>• B. Contribuições sociais efectivas</li> <li>• C. Prestações sociais em espécie</li> <li>• D. Consumo público</li> </ul>	<p>Não respondido. Apenas foi disponibilizada informação na óptica da contabilidade pública</p>

<sup>5</sup> A resposta recebida foi no sentido de «os totais das Administrações Públicas não são afectados pela ausência da imputação aos subsectores do remanescente das prestações sociais que são pagas pela CGA.» Reconhece-se que a existência de dificuldades na imputação das despesa por rubricas, não tendo ainda a DGO tido «possibilidade de alterar o modelo de forma a replicar o procedimento actual do INE» relativamente às prestações sociais. A DGO afirmou que «A granularidade da informação relativa à orçamentação não permite a identificação perfeita da classificação das rubricas em contas nacionais». Na resposta foi informado que se tinha detectado erros na classificação dos juros das entidades públicas reclassificadas com impacte na receita e despesa (sem impacte no saldo), não os quantificando.

#### 4. GPEARI do Ministério das Finanças – pedido de 19.10.2011

##### Pedido adicional de elementos informativos referentes à proposta de OE/2012

Informação solicitada	Ponto de situação
<b>Cenário Macro</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a razão subjacente à revisão substancialmente em baixa da estimativa do consumo público no cenário macro para 2011 face ao DEO? De notar que entre o OE e o DEO não há mais medidas de correcção que aparentemente justifiquem a revisão em baixa do consumo público.</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Por que razão praticamente não se revê a estimativa do consumo público para 2012 face ao DEO? De notar que as medidas de consolidação orçamental foram reforçadas no que se refere à redução da despesa (num cenário de políticas invariantes) de 3 p.p. no DEO para 4,4 p.p. do PIB.</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Existe alguma estimativa para o impacto no IPC da aplicação da medida de reestruturação das taxas de IVA a ocorrer em 2012?</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estimativa do impacto no PIB do aumento do horário de trabalho de 30 minutos/dia no sector privado.</li> </ul>	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> <li>Foi realizada alguma actualização ao cenário macro para o período 2013-2015 ou pelo menos para o ano de 2013?</li> </ul>	Não respondido
<b>Conta das Administrações Públicas e dívida [2011 e 2012]</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Valores em milhares de euros do Quadro II.2.2 (pág. 26 do Relatório).</li> </ul>	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a razão das diferenças referentes à estimativa do PAEF apresentadas no Quadro II.1.1 da página 22 do Relatório do OE face à apresentada no Anexo 2 do Occasional Paper 79/ June 2011 da Comissão Europeia, que apresenta a estimativa do PAEF? Por exemplo na despesa total para 2012 a CE tem um efeito das medidas em 2,1 p.p. do PIB e no Quadro do Relatório aparece 2,7 p.p.]</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o valor das comissões dos empréstimos ao abrigo do PAEF consideradas em consumo intermédio em 2011 e 2012? Não são em parte reembolsáveis?</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>Impacto, em contas nacionais, dos juros decorrentes das sociedades PARVALOREM e PARUPS, S.A.</li> </ul>	Não respondido

Informação solicitada	Ponto de situação
<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação da poupança decorrente da redução de comparticipação nacional em projectos financiados pelo QREN assumida na estimativa de contas nacionais em 2011 e 2012 (pág. 41/42 do Relatório).</li> </ul>	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> <li>Montante de vendas de bens de investimento considerado em 2011 e 2012 (milhares de euros)</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>A previsão de despesas com pensões em 2012 reflecte em que montante (milhares de euros) o aumento do número de pensionistas decorrente da transferência de fundos de pensões da banca em 2011? Qual o número de pensionistas envolvido?</li> </ul>	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> <li>Existe alguma estimativa (em milhares de euros) para o impacto na receita do IVA causada pela redução dos subsídios de Férias e Natal?</li> </ul>	Respondido a 20-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> <li>A compra (temporária) da Caixa Seguros está reflectida nos quadros das necessidades e fontes de financiamento do Estado (aquisição líq. de activos financeiros)? Por que valor?</li> </ul>	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> <li>É possível fornecer uma repartição por empresa das necessidades de refinanciamento (brutas e líquidas) das empresas do SEE?</li> </ul>	Respondido a 21-10-2011

## 5. DGO – pedido de 15.11.2011: Esclarecimentos adicionais referentes à proposta de lei do Orçamento de Estado para 2012

Informação solicitada	Ponto de situação
<p><b>Despesa de capital da Segurança Social.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Permanecem dúvidas quanto ao efectivo valor da despesa de capital da segurança social que deve ser considerado para 2011 em <u>contabilidade pública</u>, por classificação económica. Qual o montante que deve ser considerado? Note-se que o valor de 379 milhões de euros apresentado no quadro do anexo A3 não estará em conformidade com a evolução histórica deste subsector, nem tão-pouco com o previsto para 2012, pelo que, em nosso entender, não se afigurará correcto.</li> </ul> <p>Tendo presente a V/ resposta à questão 1, atendendo a que é o quadro do Anexo A3 que serve de base para a estimativa na óptica da contabilidade nacional apresentada no anexo A2 e no Quadro III.2.1 da página 55, então os valores destes últimos parecem enfermar do mesmo problema. Solicita-se uma confirmação deste corolário.</p>	Respondido de forma não satisfatória

Informação solicitada	Ponto de situação
<p><b>Despesa de capital das administrações públicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A resposta remetida à questão 3 refere-se apenas à imputação de parte das prestações sociais por subsectores das administrações públicas. Contudo, em nosso entender, permanece em aberto um esclarecimento sobre se o total da despesa de capital das administrações públicas (S13) em contas nacionais se encontrará incorrecto. Apresentam-se de seguida alguns indícios que apontam nesse sentido:             <ul style="list-style-type: none"> <li>a) O total não consolidado da rubrica “transferências de capital” em contabilidade pública ascende a 4705 M€ (para o qual a segurança social contribui com 339,7 M€), conforme consta no anexo A3. Excluindo-se as transferências para as próprias administrações públicas, num total de 1899,6 (com contributo nulo da segurança social), obtém-se um total consolidado de 2805,9 M€;</li> <li>b) O valor em contas nacionais para o total da “outra despesa de capital”, onde as transferências de capital se incluem, do conjunto das administrações públicas (S13) é de 2656,4 M€.</li> <li>c) Dado que as “transferências de capital” da segurança social em contas públicas aparentam encontrar-se sobrestimadas, não tendo sido objecto de tratamento de consolidação, parece-nos que é possível concluir que a “outra despesa de capital” em contabilidade nacional das administrações públicas também se encontraria sobrestimada. Solicita-se uma confirmação deste corolário;</li> <li>d) Confirmando-se o raciocínio exposto nas alíneas anteriores, pode concluir-se que estará incorrecto o valor da “outra despesa de capital” e de outras rubricas de despesa das administrações públicas apresentado na proposta do relatório do OE/2012? Qual o valor a considerar para 2011?</li> </ul> </li> </ul>	<p>Respondido de forma incompleta e não satisfatória</p>
<p><b>Empresas públicas reclassificadas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Na alínea c) do ponto 6. c) da V/ resposta foi mencionada a existência erros no tratamento dos fluxos com as empresas públicas reclassificadas, com impacto no total da receita e despesa das administrações públicas e cujos montantes já terão sido apurados. Consequentemente, solicita-se o envio de uma versão corrigida dos quadros do anexo ao relatório do OE/2012.</li> </ul>	<p>Respondido a 21.11.2011</p>

Informação solicitada	Ponto de situação
<p data-bbox="235 235 1281 259"><b>Identificação do montante de algumas rubricas em contas nacionais em 2011 e 2012</b></p> <ul data-bbox="325 267 1438 657" style="list-style-type: none"><li data-bbox="325 267 1438 527">• Não obstante o teor da V/ resposta n.º 6 que se refere às dificuldades na distinção entre “transferências correntes” e subsídios e, em geral, às dificuldades da DGO na apresentação de uma estimativa/previsão precisa em contas nacionais, em particular na subdivisão por subsectores e na decomposição da despesa, reitera-se o pedido de identificação dos montantes para as rubricas que se listam a seguir, restringindo, no entanto, o seu âmbito ao total das administrações públicas (S13), e excluindo o pedido relativo ao consumo público. Trata-se de rubricas que a UTAO considera serem absolutamente essenciais para a análise da política orçamental que está a ser proposta:<ul data-bbox="430 544 808 657" style="list-style-type: none"><li data-bbox="430 544 556 568">a) Vendas</li><li data-bbox="430 584 808 609">b) Contribuições sociais efectivas</li><li data-bbox="430 625 808 649">c) Prestações sociais em espécie</li></ul></li></ul>	<p data-bbox="1522 438 1795 462">Respondido a 21.11.2011</p>